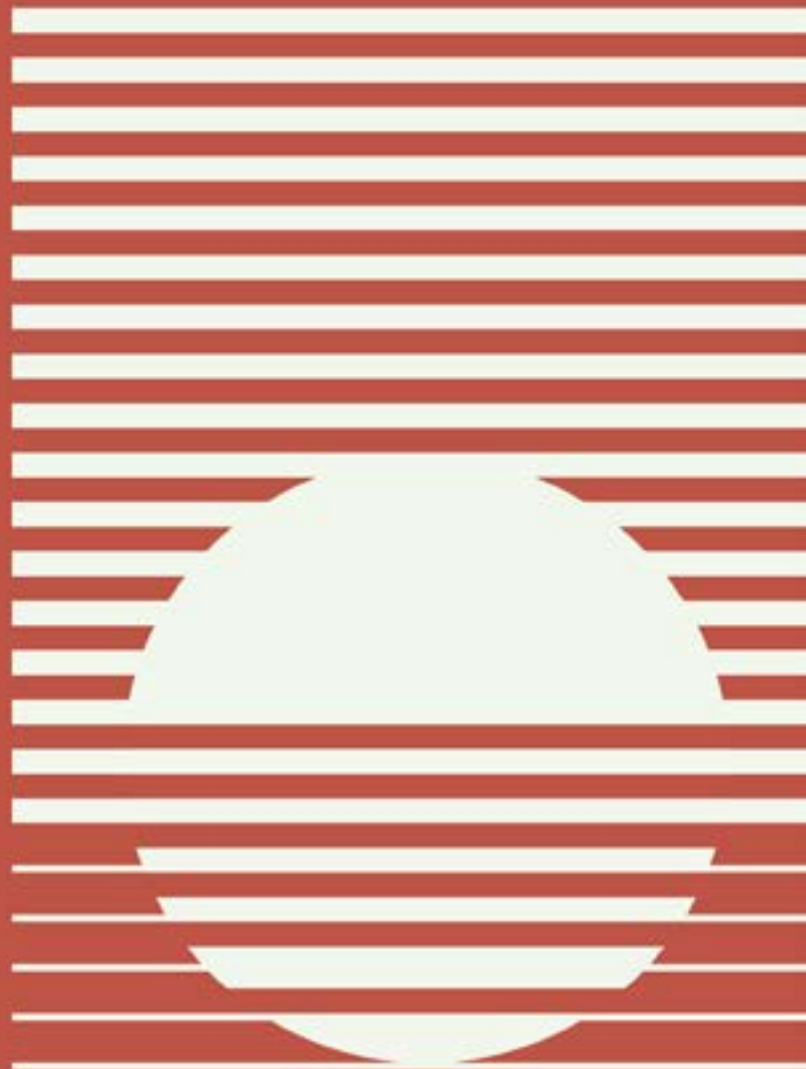


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



10
2022



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos seguintes grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (NEAAPE e OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização de políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia e Rússia).

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

Corpo Editorial

Editor Executivo: Tomás Paixão Borges

Editor Adjunto: Marllon Motta da Rocha

Conselho Editorial: Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Amanda Pereira Pinto, Anna Karolinne de Holanda Ribeiro, André Pimentel Ferreira Leão, Beatriz Santos, Diogo Ives de Quadros, Eduardo Morrot Coelho Madureira, Felipe Vidal Benvenuto Alberto, Fernanda Abreu, Ghaio Nicodemos Barbosa, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Johanna Larrubia Barreto, Juliana Pinto de Lemos da Silva, Kethlyn Winter, Leandro Wolpert dos Santos, Levi Salomão, Maria Carolina Barreto, Marília Closs, Marllon Motta da Rocha, Nathalia de Oliveira, Paulo Jacob Inguane, Pedro Lange Netto Machado, Rafaela Rodrigues Blanco Guimarães, Thaís Jesinski Batista, Tomás Paixão Borges

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

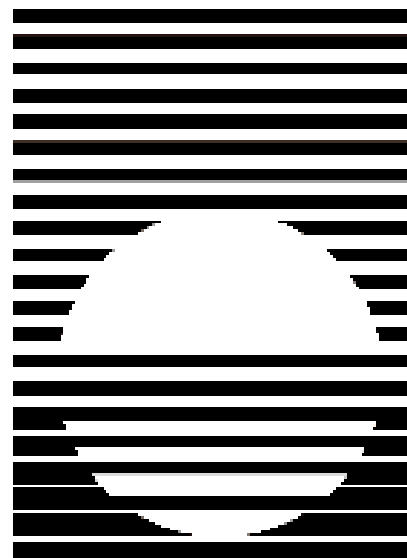
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Eleito para um terceiro mandato, Lula promete reconstruir relações internacionais do Brasil

Brasil recebe sete missões internacionais para monitorar segundo turno das eleições

Países repercutem eleição de Lula como novo presidente do Brasil

Página 05

Governo uruguaio apresenta projeto de Reforma da Previdência

Petropar tem novo presidente após protestos de caminhoneiros paraguaios

Página 06

Argentina libera tripulação venezuelano-iraniana de avião retido em junho

Chancelaria argentina pede ao Catar prisão de vice-presidente do Irã

Página 07

Filha de Jeanine Áñez se reúne com políticos de direita no Brasil e no Peru

Senado do Chile ratifica adesão ao Acordo Transpacífico, mas Boric protela promulgação

Oposição inicia eleições primárias para disputa presidencial na Venezuela em 2024

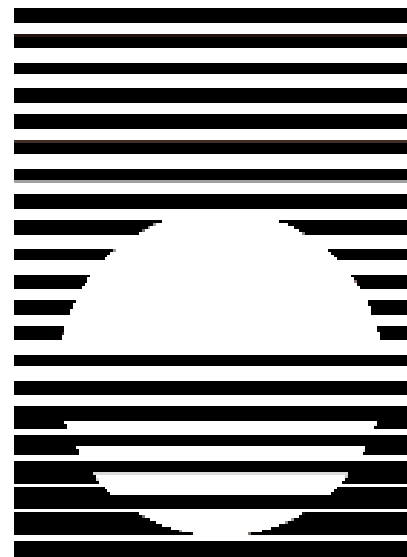
Página 08

Maduro e Petro se encontram pela primeira vez em Caracas
Chanceler colombiano reforça pedido de retirada de Cuba da lista de países terroristas dos EUA

Página 09

OEA aprova aplicação da Carta Democrática Interamericana no Peru

Venezuela é excluída do Conselho dos Direitos Humanos da ONU

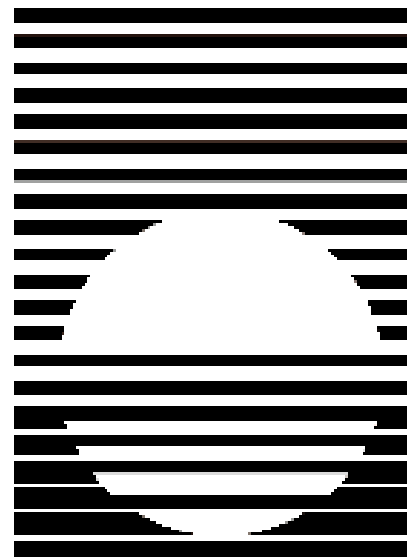


Página 10

Guiana anuncia descoberta de duas novas reservas de petróleo e planeja construção de refinaria

Brasil vota a favor de resolução da ONU que condena anexações de regiões ucranianas pela Rússia

Porta-voz do Kremlin critica posicionamento dos EUA e da Inglaterra no conflito com a Ucrânia



Eleito para um terceiro mandato, Lula promete reconstruir relações internacionais do Brasil

No dia 30 de outubro, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva foi novamente eleito presidente da República, 12 anos após ter ocupado o cargo pela última vez. Em seu discurso de vitória, além de priorizar o combate à fome e preconizar a pacificação e reunificação do país, Lula prometeu reconstruir as relações internacionais brasileiras. Segundo o presidente eleito, o Brasil teria sido relegado ao papel de pária internacional nos últimos anos, cabendo, portanto, a tarefa de reinserir o país no cenário global em conformidade com sua grandeza. Entre as iniciativas de política externa que Lula sinalizou que resgataria, destacam-se a defesa da soberania e altivez no relacionamento com os países mais ricos e poderosos, a cooperação sul-sul para o desenvolvimento, a integração regional latino-americana por meio de instituições como o Mercosul, Unasul e Celac, e a participação brasileira no G20 e no BRICS. Ao mesmo tempo em que garantiu reconquistar a credibilidade, previsibilidade e estabilidade do país, Lula fez demandas por um comércio internacional mais justo, com acordos que permitam a superação da posição subalterna do Brasil na divisão internacional do trabalho como país exportador de commodities. Além disso, o presidente eleito prometeu retomar as parcerias com os EUA e a União Europeia em novas bases, bem como o protagonismo do país na seara ambiental, sobretudo no que diz respeito à discussão das mudanças climáticas. Como defendido nos governos anteriores do petista, Lula propugnou uma nova governança global, com a inclusão de países em desenvolvimento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Uma inovação importante no discurso pós-eleições, porém, foi a defesa do fim do poder de veto neste Conselho. Por fim, Lula prometeu reengajar o país no combate à fome e desigualdade no mundo, bem como nos esforços para a promoção da paz mundial.

Fontes: [O Estado de São Paulo](#), 30/10/2022; [Folha de São Paulo](#), 31/10/2022; [G1](#), 21/10/2022.

Brasil recebe sete missões internacionais para monitorar segundo turno das eleições

Sete missões de Observação Eleitoral (MOEs) internacionais monitoraram a realização do segundo

turno das eleições no Brasil, que ocorreu no último domingo, 30 de outubro. Elas foram enviadas respectivamente pela Organização dos Estados Americanos (OEA), Parlamento do Mercosul (Parlasul), Rede dos Órgãos Jurisdicionais e de Administração Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Roaje-CPLP), Carter Center, Unión Interamericana de Organismos Electorales (Uniore), International Foundation for Electoral Systems (IFES) e pela Transparência Eleitoral. Credenciadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em procedimento prévio, as missões tiveram suas agendas concentradas nas cidades de São Paulo e Brasília, incluindo atividades de auditorias, palestras sobre o processo eleitoral brasileiro, legislativo e também realizaram visitas ao Congresso brasileiro. De acordo com o TSE, os integrantes das MOEs têm a responsabilidade de analisar os programas e a totalização dos votos para que possam emitir relatórios acerca da integridade do sistema de votação do Brasil. No primeiro turno, realizado em 2 de outubro, foram divulgados relatórios preliminares com diferentes elogios à Justiça Eleitoral pela condução do processo, assim como a ausência de irregularidades. As MOEs são compostas por mecanismos multilaterais regionais, transnacionais e globais, bem como por organizações não governamentais, governos estrangeiros e instituições de ensino internacionais e são representadas por diplomatas ou personalidades de reconhecida experiência e prestígio mundial.

Fontes: [Agência Brasil](#), 30/09/2022; [Agência Brasil](#), 01/10/2022; [Agência Brasil](#), 27/10/2022.

Países repercutem eleição de Lula como novo presidente do Brasil

No dia 30 de outubro, foi realizado o segundo turno das eleições no Brasil, que teve como resultado a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Será o terceiro mandato de Lula como Presidente da República, algo inédito desde a redemocratização brasileira. Da mesma forma, salvo o governo de Fernando Collor, a eleição de Lula marca a primeira vez na Nova República em que um atual presidente não conseguiu se reeleger. Como já havia acontecido após o primeiro turno, a imprensa internacional destacou a disputa acirrada entre Lula e seu oponente, o atual presidente Jair Bolsonaro: o petista terminou com 50,9% dos votos válidos enquanto seu adversário obteve 49,1%. Os representantes de países que mantêm relações

históricas próximas com o Brasil, sobretudo os vizinhos da América Latina, se mostraram positivos em relação à volta de Lula ao poder. O presidente foi felicitado por lideranças tanto da esquerda quanto da direita na região, o que aponta à abertura de diálogos regionais que atravessam os campos ideológicos. Entre os presidentes latinoamericanos que parabenizaram Lula estão Gabriel Boric, do Chile; Luis Lacalle Pou, do Uruguai; Mario Abdo, do Paraguai; Luis Arce, da Bolívia; Pedro Castillo, do Peru; Guillermo Lasso, do Equador; Gustavo Petro, da Colômbia; Nicolás Maduro, da Venezuela; e Andrés Manuel López Obrador, do México. Alberto Fernández, presidente argentino, visitou Lula em São Paulo no dia seguinte à eleição presidencial para parabenizar o petista pela vitória. Líderes dos países do BRICS também felicitaram Lula, notadamente Vladimir Putin, presidente da Rússia, Xi Jinping, presidente da China, e Shri Narendra Modi, primeiro-ministro da Índia. Inimigo de Putin, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, também parabenizou Lula. A vitória também foi saudada por lideranças norteamericanas, como o presidente dos EUA, Joe Biden, e o primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, e europeias, como o presidente da França, Emmanuel Macron; o chanceler alemão, Olaf Schulz; o novo primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak; o primeiro ministro de Portugal, António Costa; e o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez. Por fim, em uma decisão que mostra a boa imagem de Lula entre os europeus, a Noruega anunciou que retomará a ajuda financeira contra o desmatamento pelo Fundo Amazônia.

Fontes: [BBC](#), 30/10/2022; [El Mostrador](#), 30/10/2022; [El Universal](#), 30/10/2022; [La República](#), 30/10/2022; [Semana](#), 30/10/2022; [Carta Capital](#), 31/10/2022; [Estado de São Paulo](#), 31/10/2022; [PMÍndia](#), 31/10/2022; [O Globo](#), 31/10/2022; [The Moscow Times](#), 31/10/2022; [Última Hora](#), 31/10/2022.

Governo uruguaio apresenta projeto de Reforma da Previdência

No dia 21 de outubro, o governo uruguaio apresentou um projeto de lei ao Senado que visa reformar o sistema previdenciário do país. O projeto contém 330 artigos, entre os quais estão previstas mudanças em relação à idade mínima e no formato de contribuição das aposentadorias. O objetivo da administração de Luis Lacalle Pou com a reforma é enxugar gastos

públicos. Tal justificativa é similar a de outros países da região que promoveram, recentemente, modificações em seus sistemas de previdência, tais como o Brasil e a Argentina. O governo espera que o Senado analise a proposta nos dois últimos meses deste ano. Caso seja aprovado, o projeto passa à Câmara dos Deputados, e estima-se que a apreciação por esta casa dure até março de 2023. Mesmo que a Câmara também aprove, os efeitos da reforma seriam implementados totalmente apenas em 2033. Embora um esboço do projeto tenha contado com sugestões de parlamentares antes que fosse oficializado como um projeto de lei, o teor da proposta apresentada ao Congresso desagradou a Frente Ampla, a coalizão de oposição. Os dirigentes do partido entendem que uma reforma da previdência é necessária, mas salientam que a proposta do governo é incompleta e os maiores custos recaem sobre os trabalhadores uruguaios. As principais críticas referem-se ao aumento da idade mínima para a aposentadoria, às mudanças no formato de contribuição e à ausência de consideração sobre diferentes fontes de financiamento do sistema previdenciário. O presidente Lacalle Pou disse que não temia que a reforma incorresse em custos políticos para o seu governo e destacou a participação de diferentes partidos políticos e organizações sociais na formulação do projeto, rechaçando críticas de que o governo teria formulado o projeto sem ouvir as demandas de outros atores.

Fontes: [La Diaria](#), 20/10/2022; [El País](#), 20/10/2022; [El Observador](#), 20/10/2022; [La Diaria](#), 21/10/2022.

Petropar tem novo presidente após protestos de caminhoneiros paraguaios

No dia 12 de outubro, Pedro Román Renna, que já trabalhou como gerente geral da Petróleos Paraguaios (Petropar), foi nomeado pelo Executivo como o novo presidente da empresa estatal. A nomeação ocorreu após a renúncia do ex-chefe da Petropar, Denis Lichi, ao cargo de chefe da petrolífera após diversas críticas à sua gestão na administração da entidade. Lichi anunciou sua renúncia argumentando que iria se concentrar em sua campanha eleitoral como candidato a governador pelo movimento governista Força Republicana. As reclamações à figura de Lichi giravam em torno da falta de transparência na estrutura de custos da Petropar e na lenta redução do preço do combustível. A crise surgiu quando sindicatos paraguaios reagiram à presença massiva de caminhões-tanque com chapas bolivianas para

transportar combustíveis. Os sindicatos começaram a protestar e exigiram do governo paraguaio um acordo para que os caminhões nacionais também pudessem transportar a carga, atualmente exclusividade dos bolivianos. Em seguida, surgiu a informação de que a estatal estaria vendendo combustível mais barato para a Bolívia do que para cidadãos paraguaios. Com a perda de confiança na gestão de Lichi, mesmo após o governo anunciar a redução do preço dos combustíveis em sete postos, vários sindicatos dos setores de transportes rodoviários se mantiveram firmes nas manifestações e continuaram a exigir que os preços fossem reduzidos em todos os postos e que Lichi se demitisse da petroleira. Além dos sindicatos, a Distribuidora de Combustíveis e Associados do Paraguai (Dicapar) e a Câmara dos Distribuidores de Combustíveis do Paraguai (Cadipac) entraram com uma denúncia contra os diretores da Petropar por quebra de confiança e produção de documentos públicos de conteúdo falso. A denúncia indicava que a petrolífera trabalhava com prejuízo para aumentar os lucros dos operadores de seus postos. Por fim, o ex-chefe da Petropar também havia sido bastante criticado por atores políticos e outros setores por causa da demora em renunciar e do uso de recursos da empresa em sua campanha eleitoral, enquanto a crise do aumento dos preços dos combustíveis se desencadeava.

Fontes: [ABC](#), 19/09/2022; [La Nación](#), 28/09/2022; [La Nación](#), 10/10/2022; [Última Hora](#), 11/10/2022; [La Nación](#), 12/10/2022.

Argentina libera tripulação venezuelano-iraniana de avião retido em junho

No dia 21 de outubro, chegaram à Venezuela os últimos cinco tripulantes do avião venezuelano-iraniano que estava retido na Argentina. O Boeing 747 Dreamliner, da companhia aérea Emtrasur, chegou à Argentina em 06 de junho, tendo partido do México. Devido a sanções, a aeronave foi impedida de abastecer no país platino e, para tanto, precisou voar até o Uruguai. No entanto, as autoridades uruguaias não permitiram a aterrissagem do Boeing, o que forçou a tripulação a voltar para a Argentina. Ao retornar ao aeroporto de Ezeiza, em Buenos Aires, o avião foi confiscado pelas autoridades, com base em uma acusação de possível envolvimento da aeronave e sua tripulação em uma rede de terrorismo internacional. A tripulação era composta

por 14 venezuelanos e 5 iranianos, que tiveram seus passaportes apreendidos, além de ficaram retidos. O governo venezuelano imediatamente rechaçou a apreensão e a caracterizou como sequestro, exigindo, deste modo, a libertação instantânea da tripulação. Após três meses de negociações e pedidos do governo de Nicolás Maduro, durante o mês de setembro, 14 dos 19 tripulantes tiveram seus documentos liberados e puderam deixar o país. Em outubro, o tribunal de La Plata entendeu que não existiam provas que sustentassem a manutenção dos 5 tripulantes que permaneciam retidos no país. Sendo assim, estes últimos foram liberados e puderam retornar para a Venezuela. O governo venezuelano sustentava que as acusações de terrorismo haviam sido influenciadas pelos EUA. Vale salientar que a Emtrasur é filial da empresa Convisa, sancionada pelo departamento do tesouro estadunidense.

Fontes: [El Universal](#), 04/09/2022; [El Nacional](#), 07/09/2022; [El Universal](#), 16/09/2022; [El Nacional](#), 17/09/2022; [El Universal](#), 18/10/2022; [El Universal](#), 22/10/2022.

Chancelaria argentina pede ao Catar prisão de vice-presidente do Irã

No dia 17 de outubro, o ministério de Relações Exteriores da Argentina fez um pedido formal ao governo do Catar para que prendesse o vice-presidente para assuntos econômicos iraniano, Mohsen Rezaei, que estava no país árabe em visita oficial. Rezaei foi ao Catar para fechar acordos entre a indústria iraniana e catari antes da Copa do Mundo de futebol. No entanto, o vice-presidente iraniano é apontado como um dos responsáveis pelo ataque de julho de 1994 à Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA) em Buenos Aires, que resultou em 85 mortos e centenas de feridos. Na época do atentado, Rezaei era um oficial do alto escalão da Guarda Revolucionária do Irã e foi classificado como o autor intelectual do ataque. O chefe da promotoria da AMIA, Sebastián Basso, enviou uma petição ao ministério de Relações Exteriores da Argentina pedindo que todas as medidas diplomáticas possíveis fossem tomadas depois que a imprensa catari publicou sobre a visita. O ministério solicitou a colaboração da Interpol para a prisão, e o chanceler Santiago Cafiero afirmou que instruiu o embaixador argentino em Doha a reportar urgentemente a situação ao ministério de Relações Exteriores do Catar. Rezaei tem um alerta vermelho

emitido pela Interpol contra ele, mas já havia visitado a Nicarágua e o Paquistão. O governo do Catar não respondeu à notificação argentina.

Fontes: [Infobae](#), 17/10/2022; [El País](#), 17/10/2022; [Reuters](#), 18/10/2022; [Iran International](#), 18/10/2022; [Infobae](#), 21/10/2022.

Filha de Jeanine Áñez se reúne com políticos de direita no Brasil e no Peru

No mês de outubro, Carolina Ribera, filha da ex-presidente boliviana, Jeanine Áñez, visitou o Brasil e o Peru e se reuniu com atores políticos da direita de ambos os países. Nas visitas realizadas entre os dias 07 e 26 de outubro, Ribera buscou angariar apoios para a libertação de sua mãe, a quem credita ser uma prisioneira política. No dia 07 de outubro, a filha de Jeanine Áñez iniciou seu tour pelo Peru em encontro com Keiko Fujimori, ex-candidata à presidência peruana. No dia seguinte, em publicação no Twitter, Fujimori reafirmou sua solidariedade para o caso de Áñez e compartilhou uma foto em que entrega um crucifixo para Ribera, que seria direcionado à sua mãe. No dia 8 de outubro, Rivera se reuniu com o ex-chanceler Luis Gonzales Posada, que ressaltou o apoio de diversos setores da sociedade para a causa da ex-presidente boliviana. Horas após o encontro, em entrevista ao jornal Página Siete, Posada declarou que “a filha da senhora Áñez tem 100 vezes mais peso no Peru do que o governo boliviano, porque uma injustiça foi cometida contra sua mãe”. Já no Brasil, o grande destaque do tour de Carolina foi o encontro com o presidente Jair Bolsonaro e a primeira-dama Michelle Bolsonaro. No dia 19 de outubro de 2022, em evento realizado em São Paulo com foco no eleitorado feminino, Carolina publicou uma foto chorando ao lado da primeira-dama, junto de um cartaz alegando que sua mãe é uma presa política. Durante o encontro, conversou rapidamente com o presidente, que prestou solidariedades à causa de Áñez. Ao longo da semana, Carolina Ribera também se reuniu com outras figuras proeminentes de direita brasileira, tais como os parlamentares Eduardo Bolsonaro, Luiz Philippe de Orléans e Bragança e Carla Zambelli, além do jurista Ives Gandra.

Fontes: [La Gaceta](#), 07/10/2022; [Página Siete](#), 08/10/2022; [Página Siete](#), 19/10/2022; [La Razón](#), 20/10/2022, [Metrópoles](#), 20/10/2022, [La Razón](#), 20/10/2022; [Página 12](#), 26/10/2022.

Senado do Chile ratifica adesão ao Acordo Transpacífico, mas Boric protela promulgação

No dia 11 de outubro, o Senado do Chile ratificou o Tratado Integral e Progressista de Associação Transpacífico, mais conhecido como TPP-11. O acordo foi lançado em 2015 por onze países das Américas e da Ásia e tem como objetivo a abertura das economias nacionais. Entre os Estados signatários à época, estava o Chile, que era governado por Michelle Bachelet. Em abril de 2019, durante o governo de Sebastián Piñera, a Câmara dos Deputados aprovou o tratado. Contudo, o TPP-11 foi alvo de críticas populares durante os protestos de outubro de 2019, por dar benefícios a empresas transnacionais, o que paralisou o processo de tramitação no Legislativo. Apesar de o presidente atual do Chile, Gabriel Boric, ter sido um crítico do tratado no passado, a derrota do governo no referendo constitucional de setembro de 2022 o levou a ampliar o diálogo político e fazer concessões a partidos mais à direita. A ratificação no Senado se deu com apoio de todos os senadores de oposição e alguns parlamentares de partidos da base, entre eles o Partido Socialista (PS) e o Partido pela Democracia (PPD). Depois da votação, Boric anunciou que apenas promulgará o tratado após negociar as chamadas “side letters” (cartas laterais) bilateralmente com alguns países sobre [0 pontos que considera que exigem maior detalhamento, especialmente sobre os mecanismos de solução de controvérsias. As “side letters” também precisarão passar pela aprovação do Legislativo em um momento posterior.

Fontes: [La Nación](#), 15/09/2022; [Diario UChile](#), 11/10/2022; [Emol](#), 13/10/2022.

Oposição inicia eleições primárias para disputa presidencial na Venezuela em 2024

No dia 19 de outubro, foi publicado o regulamento para a organização das eleições primárias da oposição venezuelana, na qual se escolherá o candidato que disputará as eleições presidenciais em 2024. O documento foi redigido pela Plataforma Unitária Democrática, congregação que reúne os principais partidos que fazem oposição ao governo do presidente Nicolás Maduro. A organização das primárias ficará a cargo de uma comissão composta por membros da sociedade civil. No mesmo dia em que o regulamento foi publicado, membros da Plataforma se reuniram com Brian Nichols, Subsecretário de Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado dos EUA. Nichols afirmou que o governo estadunidense apoia uma solução negociada e

liderada pela Venezuela para a crise no país. Alguns dias após a publicação do regulamento, Juan Guaidó, que se autoproclamou presidente da Venezuela em 2019, liderou uma marcha em direção ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE), exigindo uma data para as eleições presidenciais. Guaidó encontra-se cada vez mais isolado dentro da oposição a Maduro, e sua ação não teve grande adesão. Em declaração no dia 31 de outubro, Enrique Márquez, vice-presidente do CNE, afirmou que as eleições para presidência da Venezuela ocorrerão no último trimestre de 2024. Por fim, vale registrar que, nesse mês de outubro, completou-se um ano desde a interrupção das conversas entre governo e oposição, que vinham ocorrendo no México, com mediação da Noruega. O pivô para a interrupção foi a prisão, pelo governo dos EUA, de Alex Saab, empresário colombiano aliado de Maduro. Saab continua preso, mas observam-se avanços nas relações entre EUA e Venezuela. Exemplo disso foi a troca de prisioneiros, ocorrida no dia 1º de outubro, entre os dois países. Dois sobrinhos do presidente venezuelano foram soltos pelo governo dos EUA, em troca de sete cidadãos estadunidenses que estavam presos na Venezuela. Entre eles, encontravam-se cinco empresários do setor de petróleo, um veterano da Marinha e um cidadão da Flórida.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 01/10/2022; [Efecto Cocuyo](#), 09/10/2022; [Efecto Cocuyo](#), 19/10/2022; [Efecto Cocuyo](#), 19/10/2022; [El Nacional](#), 27/10/2022; [El Nacional](#), 31/10/2022.

Maduro e Petro se encontram pela primeira vez em Caracas

No dia 01 de outubro, o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, se encontrou pela primeira vez com o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. O encontro foi realizado em Caracas, um dia após anúncio feito por Petro. A última reunião entre os chefes de Estado de ambos os países foi realizada em 2016, quando Juan Manuel Santos se encontrou com o líder do regime chavista. Horas antes do encontro entre Maduro e Petro acontecer, o Tribunal Penal Internacional (TPI) confirmou que o regime de Maduro continuará sendo investigado pelos supostos crimes contra os direitos humanos em que a administração estaria envolvida, denúncia a qual teve como um dos proponentes Iván Duque, ex-presidente colombiano. O encontro foi uma iniciativa do presidente recém-eleito Petro para disseminar uma agenda a favor do bloco latino-americano e de proteção à Amazônia, tendo já em vista a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2022 (COP 27), que acontecerá em Sharm El Sheikh, no Egito, em novembro. Outros temas tratados foram o processo de reabertura total

de fronteiras (que teve início em setembro de 2022), a segurança nas regiões limítrofes entre os países, a cooperação entre as empresas Monómeros e Pequiven (importantes para o abastecimento de fertilizantes na região), o reingresso da Venezuela no sistema Interamericano de Direitos Humanos e na Comunidade Andina e a reconstrução da democracia na América Latina. Por fim, apesar de alguns indícios prévios, o tema das negociações com a guerrilha Ejército Nacional Livre (ELN) não foi tratado. A Venezuela possui papel importante em tais negociações como mediadora em conjunto com Chile e Cuba. O governo colombiano tenta há mais de 50 anos um acordo com o grupo e aprovou, no final de outubro, a Lei de Paz Total, que dá aval para que o Executivo negocie não somente com o ELN, mas também com ex-integrantes das FARC e grupos criminosos, como o Clã do Golfo. Nenhuma declaração oficial foi dada pelos dois países sobre o assunto.

Fontes: [El País](#), 26/10/2022; [CNN Brasil](#), 26/10/2022; [El Tiempo](#), 31/10/2022; [El País](#), 31/10/2022; [El Colombiano](#), 31/10/2022; [El Colombiano](#), 01/11/2022; [El Colombiano](#), 02/11/2022.

Chanceler colombiano reforça pedido de retirada de Cuba da lista de países terroristas dos EUA

Reunidos no dia 27 de outubro, os ministros de Relações Exteriores dos países membros da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), entre eles o chanceler colombiano Álvaro Leyva, reforçaram um pedido para que os EUA ponham fim ao bloqueio econômico contra Cuba, reiterando a chamada da Assembleia Geral das Nações Unidas neste sentido, e retirar o país da lista de nações que patrocinam o terrorismo. É importante destacar que a Colômbia possuiu um papel importante no tema da lista de terrorismo, uma vez que o governo de Iván Duque foi o responsável por solicitar a Washington a inclusão de Cuba. O pedido foi acatado em janeiro de 2021, nove dias antes do final da Administração de Donald Trump, após Havana negar a deportação de guerrilheiros do Ejército de Libertação Nacional (ELN) que assumiram a responsabilidade por um atentado contra uma escola policial em Bogotá. É importante ressaltar também que as negociações com o grupo ELN estavam congeladas desde setembro de 2018 por decisão do então presidente Iván Duque. Esta não é a primeira vez que o governo de Petro demonstra insatisfação com a inclusão do país na lista estadunidense. Em agosto, durante uma visita à Cuba, o chanceler Álvaro Leyva já havia rechaçado a

decisão dos EUA de manter a ilha na lista de Estados patrocinadores do terrorismo. Meses depois, no início de outubro, após uma visita do Secretário de Estado dos Estados Unidos, Anthony Blinken, à Colômbia, o presidente Petro reforçou a demanda, além de relembrar que Cuba pode ter um papel importante nas negociações de paz que pretende ter com o ELN.

Fontes: [El Colombiano](#), 11/01/2021; [El Colombiano](#), 11/08/2022; [El Tiempo](#), 04/10/2022; [CNN](#), 04/10/2022; [El Colombiano](#), 27/10/2022; [Telesur](#), 27/10/2022.

OEA aprova aplicação da Carta Democrática Interamericana no Peru

No dia 20 de outubro, a Organização dos Estados Americanos (OEA) optou por aderir à solicitação do presidente peruano Pedro Castillo quanto à aplicação da Carta Democrática Interamericana no país. O presidente havia solicitado ao Conselho Permanente da OEA que considerasse o pedido de implementação da Carta Democrática ao governo do Peru, que passa por obstáculos e dificuldades de diálogo entre a presidência e o Conselho de Ministros, além de tentativas de destituir o presidente a partir de alegações de corrupção. Além de complicações domésticas, divergências entre a presidência e o Conselho de Ministros têm afetado também as relações exteriores do país. Durante o mês de outubro, o presidente Castillo foi impedido de realizar uma viagem oficial ao Vaticano a convite do Papa Francisco, devido à negativa por parte do Congresso. Em seu lugar, o chanceler César Landa foi de encontro ao Papa, que desejou maior diálogo, respeito aos direitos humanos e governabilidade no Peru, mediante conflitos entre o Executivo e o Congresso do país. Além disso, no dia 11 de outubro, a Procuradora-Geral da República, Patricia Benevides, apresentou ao Congresso uma denúncia constitucional na qual acusa Castillo de liderar uma organização criminosa. Dessa forma, a oposição terá um caminho mais fácil para aprovar a destituição do presidente do que nas duas tentativas anteriores, quando tentaram aprovar a moção de vacância, processo que requer o apoio de 2/3 da casa legislativa. No caso do julgamento da denúncia constitucional, é necessário maioria simples para remover o presidente do cargo. Diante deste cenário, a partir da aprovação do pedido da aplicação da Carta Democrática Interamericana, um grupo de alto nível da OEA, composto por representantes de 7 países-membros da organização e 1 de sua Secretaria-Geral, iniciará uma missão no Peru com o objetivo de analisar possíveis rompimentos em sua institucionalidade democrática, com data prevista

para a primeira semana do mês de novembro. Caso seja comprovado o rompimento com a democracia, a Carta prevê a possibilidade de suspensão do Peru como membro da organização.

Fontes: [Correio Braziliense](#), 12/10/2022; [Gestión](#), 18/10/2022; [La República](#), 20/10/2022; [Peru Legal](#), 20/10/2022; [Gestión](#), 27/10/2022; [Gestión](#), 30/10/2022; [El Comercio](#), 31/10/2022.

Venezuela é excluída do Conselho dos Direitos Humanos da ONU

No dia 11 de outubro, foi anunciada a exclusão da Venezuela do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH). Tal decisão ocorreu após a Venezuela não ter conseguido juntar o número mínimo de noventa e sete votos para a sua reeleição. Alí Daniels, diretor da ONG Acceso a la Justicia, manifestou sua satisfação pelo fato e acusou o governo de, por meio da inteligência civil e militar, cometer crimes contra a humanidade para reprimir a dissidência política. Já Juan Guaidó, opositor do regime, destacou que a exclusão da Venezuela do CDH foi uma resposta às vítimas dos abusos cometidos pelo governo de Nicolás Maduro. Por sua vez, Henrique Capriles, opositor e duas vezes candidato à Presidência, expressou sua satisfação, alegando que a Venezuela nunca deveria ter ocupado uma posição no Conselho pela falta de cumprimento dos requisitos e por nunca ter parado de cometer abusos. David Smolansky, comissário para a crise de refugiados e migrantes venezuelanos na Organização dos Estados Americanos (OEA), condenou o regime liderado por Maduro devido à prática de crimes contra a humanidade e à migração forçada de cerca de sete milhões de venezuelanos. Louis Charbonneau, diretor de Direitos Humanos da ONU, através de um comunicado, afirmou que o ataque do governo da Venezuela aos seus críticos torna o país impróprio para ser membro do principal órgão de direitos humanos das Nações Unidas. Conforme noticiaram diversos jornais, a decisão surgiu depois da Missão Internacional Independente das Nações Unidas na Venezuela ter acusado o Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional e a Direção Geral de Contrainteligência Militar de cometerem crimes contra a humanidade para reprimir a dissidência política.

Fontes: [El Nacional](#), 11/10/2022; [Folha de São Paulo](#), 11/10/2022; [El Nacional](#), 11/10/2022.

Guiana anuncia descoberta de duas novas reservas de petróleo e planeja construção de refinaria

No dia 4 de outubro, o presidente da Guiana, Irfaan Ali, anunciou a pretensão de construir uma refinaria com tecnologia de ponta, visando a minimização da emissão de gases, e com capacidade para produzir 30.000 barris diários. Um dos motivos que impulsionaram a iniciativa é a guerra entre Rússia e Ucrânia, tendo em vista a consequente elevação global dos preços do petróleo. A apresentação da proposta já foi realizada formalmente ao Escritório de Investimento da Guiana (GO-Invest) e, no momento, o governo aguarda as manifestações de interesse das empresas. O objetivo é que a obra se inicie no primeiro semestre de 2023 e seja concluída em dois anos. Para isso, o governo oferece 12 hectares de terra, além do petróleo bruto a preço de mercado, isenção de impostos por 10 anos e o acesso ao mercado local. O presidente sinalizou que a refinaria é um projeto estratégico para a segurança nacional e desenvolvimento nas áreas de logística, serviços e indústrias do país. Duas semanas depois, Irfaan Ali também anunciou que, em breve, realizará leilões de blocos de petróleo pela primeira vez no país, destinando parte deles ao que chama de “parceria de governo a governo”. Nessa ocasião, o presidente não chegou a mencionar nenhum país em específico, mas destaca-se a proximidade cada vez maior do Reino Unido, Estados Unidos e Índia por meio do consórcio Stabroek Block, liderado pela ExxonMobil. Em 26 de outubro, a ExxonMobil divulgou a descoberta de mais dois poços de petróleo no bloco Stabroek na costa da Guiana: Sailfin-1 e Yarrow-1. As descobertas alimentam a promessa de aumento na capacidade da produção de petróleo do país, podendo ser superior a um milhão de barris por dia.

Fontes: [Demerara Waves](#), 04/10/2022; [Demerara Waves](#), 16/10/2022; [BN Americas](#), 17/10/2022; [Demerara Waves](#), 18/10/2022; [ExxonMobil](#), 26/10/2022.

Brasil vota a favor de resolução da ONU que condena anexações de regiões ucranianas pela Rússia

No dia 12 de outubro, o Brasil votou a favor de uma resolução da Assembleia Geral da ONU que condena a anexação das regiões de Donetsk, Kherson, Luhansk e Zaporizhzhia, correspondentes a 15% do território ucraniano, pela Rússia. Segundo a resolução, a decisão de Moscou constitui uma violação da integridade

territorial e soberania da Ucrânia e é incompatível com os princípios da Carta da ONU. Ao se posicionar favoravelmente à resolução, o Brasil deixou de se abster como vinha fazendo nas últimas votações relacionadas ao tema, a exemplo da reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas realizada em setembro. Com isso, o Brasil também se afastou do posicionamento de abstenção de outros países dos BRICS, como China, Índia e África do Sul, e voltou a se alinhar com o Ocidente, como fez no início do conflito. De acordo com informações de bastidores, a postura brasileira de abstencionismo vinha gerando desconforto nos EUA e na União Europeia, que passaram a pressionar a diplomacia brasileira por uma posição mais crítica sobre a Rússia. Dias antes da votação, representantes europeus entabularam conversas intensas com autoridades brasileiras no Itamaraty, entre elas o chanceler Carlos França. A Chancelaria brasileira, no entanto, nega que tenha abandonado sua posição de neutralidade no conflito. Na justificativa do voto brasileiro, o embaixador João Genésio de Almeida Filho defendeu o princípio da integridade territorial da Ucrânia, assim como de todos os Estados-membros da ONU, e não reconheceu a legitimidade dos referendos populares realizados nas regiões separatistas que, conforme Moscou, cancelaram a anexação desses territórios pela Rússia. Por outro lado, Almeida Filho também fez uma crítica à resistência, por parte de outros países, à proposta brasileira de incluir uma mensagem exortando as partes a cessar as hostilidades e se envolver em negociações de paz.

Fontes: [CNN](#), 12/10/2022; [O Globo](#), 12/10/2022; [United Nations Digital Library](#), 12/10/2022; [UOL](#), 12/10/2022.

Porta-voz do Kremlin critica posicionamento dos EUA e da Inglaterra no conflito com a Ucrânia

No dia 6 de outubro, em prosseguimento à escalada de tensões no conflito russo-ucraniano, a porta-voz do Kremlin, Maria Zakharova, instou os EUA a admitirem formalmente sua participação ativa como apoiadora do lado rival. Segundo o pronunciamento, essa interferência na política da Ucrânia data da ascensão de Zelensky ao poder, substituindo uma liderança simpática às pautas russas para a região. Tal pedido da porta-voz russa segue a lógica de buscar o compartilhamento de responsabilidades perante a crise que se arrasta em solo ucraniano com consequências ao redor do mundo. O governo russo também lembrou a proatividade britânica no conflito, com algum grau de ironia, no dia 20 de outubro. A

data ficou marcada pela renúncia de Liz Truss ao cargo de primeira-ministra do Reino Unido, assumido apenas 45 dias antes. Ainda que Boris Johnson tenha representado de maneira mais proeminente a presença britânica ao lado de Volodymyr Zelensky, Truss representava significativo grau de continuidade nas agendas que tocam esse assunto. O Kremlin chamou as sucessivas trocas de “catastróficas”, pontuou que “a Grã-Bretanha nunca viu tamanha desgraça de um primeiro-ministro” e que Truss “será lembrada pela sua falta de educação”. É importante lembrar que a relação turbulenta da ex-primeira-ministra e o governo russo não é algo novo. Ainda antes da anexação de parte do território ucraniano, Truss chegou a se reunir em Moscou com o chanceler Sergei Lavrov e este descreveu o encontro como “uma conversa entre surdos e mudos”. Por fim, o presidente russo Vladimir Putin afirmou, no dia 27 de outubro, que “estamos iniciando a mais importante década desde a Segunda Guerra Mundial”. Segundo o mandatário russo, a formação de um sistema multipolar já é uma realidade e a Rússia não teria pretensão de exercer nenhum tipo de hegemonia, tampouco se opor ao Ocidente como inimiga.

Fontes: [TASS](#), 06/10/2022; [The Moscow Times](#), 21/10/2022; [TASS](#), 21/10/2022; [TASS](#), 27/10/2022.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, dois grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

